



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006127-29.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Amanda Cristina Neves**
 Requerido: **Serralheria Ferrolar Matão Ltda - ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Amanda Cristina Neves propôs a presente ação contra a ré Serralheria Ferrolar Matão Ltda - ME, requerendo: a) a condenação da ré na restituição da quantia de R\$ 1.500,00, relativa aos cheques de nº 14 e 15, compensados respectivamente em 10/03/2016 e em 10/04/2016; b) a condenação da ré no pagamento da quantia de R\$ 2.500,00, decorrente dos furtos e reparos ocorridos na obra por falta de fechamento; b) que a ré seja compelida a se abster de protestar os cheques que lhe foram emitidos; c) que a ré seja compelida a retirar, em data e hora designada, o portão que se encontra na obra, arcando com os custos e despesas que houver.

A tutela de urgência foi indeferida às folhas 8.

A ré, em contestação de folhas 16/19, suscita preliminar de ilegitimidade passiva, nomeia à autoria Silvano Guimarães Alves e requer a improcedência do pedido, alegando: a) que não participou de nenhuma negociação do portão, não conhecendo a autora e não teve qualquer contato com ela; b) que o produto foi vendido pela S.M. Serralheria, pertencente a Silvano Guimarães Alves.

Réplica de folhas 47/49.

Relatei. Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

Tratando-se de relação de consumo, de rigor a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva, tendo em vista que a própria ré admitiu que o pedido de venda foi assinado por Silvane Guimarães Alves, a qual era sua representante comercial e realizou algumas vendas no ano de 2015 (**confira folhas 16, penúltimo parágrafo**). Ademais, o pedido colacionado pela autora pertence à empresa ré (**confira folhas 7**).

Com efeito, dispõe o artigo 932, III, do Código Civil que são também responsáveis pela reparação civil o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

Rejeito a nomeação à autoria, ante a vedação expressa do artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor, aplicado analogicamente à nomeação à autoria, constituindo em modalidade de intervenção de terceiro que não beneficia o consumidor.

Nesse sentido:

Indenização por danos materiais e morais fundamentada em queda da autora nas dependências de shopping center administrado pelo condomínio agravante. Pretensão de nomeação à autoria da proprietária do centro de compras e consequente denunciação da lide à seguradora por ela contratada. Hipótese do caso concreto que não se amolda às previsões dos artigos 62 e 63 do CPC. Indeferimento acertado. Vedação do art. 88 do CDC que se aplica à hipótese de responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço. Modalidade de intervenção de terceiro que, no caso, não beneficia o consumidor. Doutrina e Jurisprudência deste E. TJ/SP e do C. STJ acerca dos temas. Recurso improvido (2209091-14.2014.8.26.0000 Relator(a): Maia da Cunha; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 29/01/2015; Data de registro: 04/02/2015).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No mérito, procede, na maior parte, a causa de pedir.

O pedido colacionado pela autora não deixa dúvidas de que o fornecimento do produto foi realizado pela ré, ainda que através de sua preposta de nome Silvane (**confira folhas 7**).

O artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor estabelece que *os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor (...).*

Os documentos apresentados pela ré em contestação não possuem qualquer força probante, uma vez que poderiam ser facilmente digitados (**confira folhas 27/41**).

Da mesma sorte não possui força probante o cartão de apresentação colacionado pela ré às folhas 42, contendo o nome da empresa "S.M. Serralheria", com o nome da representante Silvane, uma vez que, primeiro, poderia ter sido impresso após a data da encomenda do portão e, segundo, porque, segundo a própria ré, Silvane era sua representante comercial (**confira folhas 42**).

Por outro lado, o artigo 18, § 1º, II, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece que o consumidor pode exigir a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

Assim, procede o pedido de condenação da ré na restituição da quantia de R\$ 1.500,00, relativa aos dois cheques compensados, com atualização monetária a partir da data de vencimento e acrescida de juros de mora a partir da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em consequência, procede o pedido de compelir a ré a se abster de protestar os cheques por ela emitidos, uma vez que indevida qualquer cobrança, ante o vício constatado.

Procede, ainda, o pedido de compelir a ré a retirar o portão da obra da autora, em data e hora marcada, devendo arcar com os custos e despesas que houver, fixando-lhe o prazo de 30 dias, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Por outro lado, não procede o pedido de condenação da ré no pagamento da quantia de R\$ 2.500,00, em decorrência de furtos e reparos ocorridos na obra por falta de fechamento, tendo em vista que os danos materiais devem ser demonstrados documentalmente. Nesse particular, competia à autora instruir a inicial com os documentos aptos a provarem suas alegações, não sendo esse caso específico de inversão do ônus da prova. Inteligência do artigo 434 do Código de Processo Civil.

Diante do exposto, acolho, na maior parte, o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) condenar a ré a restituir à autora a quantia de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), relativa aos dois cheques compensados, com atualização monetária a partir da data de vencimento e acrescida de juros de mora a partir da citação; b) compelir a ré a se abster de protestar os cheques emitidos pela autora, uma vez que indevida qualquer cobrança, ante o vício constatado; c) compelir a ré a retirar o portão da obra da autora, em data e hora marcada, devendo arcar com os custos e despesas que houver, fixando-lhe o prazo de 30 dias, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Sucumbente na maior parte, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 05 de julho de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**